



Revista GeoUECE

ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA, ESPAÇOS DE CIDADINIDADE: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E SUA ESPACIALIDADE

Gustavo Souza Santos

Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

RESUMO

A insurgência é uma atividade humana calcada na transformação das bases, sistemas e estruturas sociais por sua contravenção, subversão e revelia. As mobilizações que lhe são depositárias se reproduzem e revestem o espaço como pulsões que interpelam seus objetos e fluxos, tornando-o representamen cativo e eloquente do objeto de querela, mas simultaneamente indumentária para ação e o encouraçamento da mensagem insurgente. A proposta aqui delineada é refletir a mobilização social e a ação insurgente per se, a partir de sua constituição espacial, radicada-se para além da oferta de substrato e representação material, mas como elemento produtivo e produtor da pulsão humana por projetos de transformação e manufatura do real. Trabalha-se a dimensão utópica da ação política e mobilizadas como anelos e expressões de lacunas sociais que pela linguagem da celeuma criam no espaço e com o espaço, agências e potências que aturdem sistemas. Entende-se, sobretudo, que a espacialidade delineada pela atividade insurgente é uma atividade criadora em que o espaço é germe, matéria-prima e metabólito da mudança, isto é, os espaços de insurgência são também espaços de cidadinidade.

Palavras-chave: Mobilização social; Espaço; Insurgência; Cidadinidade.

SPACES OF INSURGENCY, SPACES OF URBANITY: SOCIAL MOBILIZATIONS AND ITS SPATIALITY

ABSTRACT

Insurgency is a human activity based on the transformation of social bases, systems and structures through contravention, subversion and default. The mobilizations that are its depositories are reproduced and cover the space as drives that challenge its objects and flows, making it representative and eloquent of the object of dispute, but simultaneously clothing for action and the armoring of the insurgent message. The proposal outlined here is to reflect on social mobilization and insurgent action per se, based on its spatial constitution, rooted beyond the supply of substrate and material representation, but as a productive element and producer of the human drive for transformation projects and manufacture of the real. The utopian dimension of political action is worked on and mobilized as longings and expressions of social gaps that, through the language of the stir, create in space and with space, agencies and powers that stun systems. It is understood, above all, that the spatiality outlined by the insurgent activity is a creative activity in which space is the germ, raw material and metabolite of change, that is, spaces of insurgency are also spaces of urbanity.

Keywords: Social mobilizations; Space; Insurgency; City.



ESPACIOS DE INSURRECCIÓN, ESPACIOS DE URBANIDAD: LA MOVILIZACIÓN SOCIAL Y SU ESPACIALIDAD

RESUMEN

La insurgencia es una actividad humana basada en la transformación de las bases, sistemas y estructuras sociales a través de la contravención, la subversión y el incumplimiento. Las movilizaciones que son depositarias se reproducen y recorren el espacio como pulsiones que interpelan sus objetos y flujos, haciéndolo representativo y elocuente del objeto en disputa, pero a la vez vestido de acción y blindaje del mensaje insurgente. La propuesta que aquí se esboza es reflexionar sobre la movilización social y la acción insurgente per se, a partir de su constitución espacial, enraizada más allá de la oferta de sustrato y representación material, sino como elemento productivo y productor del impulso humano de proyectos de transformación y fabricación del real. La dimensión utópica de la acción política es trabajada y movilizadora como anhelos y expresiones de brechas sociales que, a través del lenguaje del revuelo, crean en el espacio y con el espacio, agencias y poderes que aturden a los sistemas. Se entiende, sobre todo, que la espacialidad que perfila la actividad insurgente es una actividad creativa en la que el espacio es germen, materia prima y metabolito del cambio, es decir, los espacios de insurgencia son también espacios de urbanidad.

Palabras clave: Movilización social; Espacio; Insurrección; Urbanidad.

DOS ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA AOS ESPAÇOS DE CIDADINIDADE

Pensar mobilizações sociais e sua quintessência é pensar a ação. Ação como exercício potencial e efetivo de transformações. Ação como designação das pulsões socializantes e politizantes que fazem parte dos indivíduos e que se tornam eloquência visível quando estes se tornam atores. Ação como reelaboração da realidade para a produção de novos esteios com os quais os sujeitos que se insurgem possam trafegar para o gozo dos fins de sua mobilização.

Mobilizações, movimentos, manifestações e outras querelas populares habitam o imaginário, os autos históricos e as ruas dimensionando sua dimensão caudalosa de interpelação da realidade, seus sistemas e circunstâncias opressoras. O lastro dessa atividade humana se dá pelo questionamento efusivo das estruturas e processos que coadunam o processamento do tempo - e suas contraturas sociais - e do espaço - e suas conjunturas humanas.

A partir das bases aqui lançadas, o movimento é antes de tudo o próprio sujeito. Sua constituição apela para uma condição em que se assume uma perspectiva, uma visão renovada da realidade da qual se dirige a consciência de modo sonoro e ruidoso e, ao mesmo tempo, sua própria condição é o corpo político do movimento, contestando o que o cerca e o produz.

Desse modo, o sujeito que se mobiliza é ele mesmo movimento social¹, mas também é ação:

¹Recuperando os postulados de Touraine (2009).



A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir [...] (SANTOS, 2014a, p. 82).

Ao pensar a ação em uma perspectiva geográfica, Santos (2014a) chama atenção para a incidência mutual entre o agir e o próprio espaço como produtores de funções, isto é, designações ativas e potencialmente modificadoras da realidade - o espaço, os próprios sujeitos e o ordenamento que os perpassa. Entretanto, antes que a ação possa ser compreendida em seus sinais visíveis, sua origem é explicada como resultado de necessidades.

Retomando o cenário do indivíduo que, no exercício de sua subjetividade, descobre sua autonomia por meio de um choque desestabilizador da realidade fora de si e do(s) outro(s) - por meio das interações da alteridade -, sua condição passa a ser lacunosa. Essas lacunas correspondem a desejos e necessidades naturais e criadas, dispostas na dinâmica social e representados de forma plástica, circunstancial e cicatricial no próprio espaço. Compreender sua natureza aclara a própria dimensão do agir e do mobilizar dos sujeitos.

Pleiteia-se aqui pensar a mobilização social, a partir de suas dimensão espacial constitutiva. O espaço que configura-se de modo costumeiro como substrato e arena de mobilização, radica-se também na ação política e insurgente como uma dimensão produtiva, produtora e produtora de seus sujeitos, da realidade, dos trânsitos sociais e do próprio espaço. Desse modo, para além da espacialização, a espacialidade insurgente emerge como potência cidadina, em que o espaço flexiona-se como ente consubstancial ao sujeito, ator e projetista do real.

Parte-se inicialmente da caracterização do espaço de mobilização, considerando a emergência dos sujeitos mobilizados e seus anelos por transformação, na contiguidade da matriz socioespacial. A seguir, toma-se o espaço como arena e simultaneamente indumentária da ação, posicionando-o como elemento plasmático da feitura humana de transformar a realidade, considerando por fim, o espaço como unidade junto ao sujeito, entendendo a insurgência como pulsão transformadora e cidadina.

O espaço de mobilização: da emergência do sujeito ao anelo utópico

Ao caracterizar a produção da cidade e tomá-la como obra feita por sujeitos e permeada de seus dilemas, Lefebvre (2016) destaca que atividade produtora da cidade reproduz a complexidade que é própria dos sujeitos e grupos que a constroem, face às suas necessidades.



As necessidades sociais, portanto, são subsídio para compreender a viscosidade da ação e como repercutem como reivindicação insurgente:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo” (LEFEBVRE, 2016, p. 105).

O enunciado lefebvriano destaca a natureza das necessidades sociais. Sua acepção é variada e se processa em campos distintos da experiência humana. A quotidianidade é o receptáculo vivencial dessas necessidades, isto é, o ordinário das experiências dos indivíduos em constante interação com as dinâmicas de ordenamento, seja do espaço, da história que os acompanha até ali, as diretrizes da governança, os estímulos do consumo e os estímulos dos afetos estão inscritas no dia a dia, na rotina, no que há de mais humano.

Como tais, as necessidades são prementes. E, se insuficientemente supridas, causam conflitos em que os contextos reclamam sua condição. Ou, alternativamente, tornam-se parte do desejo e sob a intensidade dos estímulos do cotidiano envolvem a necessidade em um invólucro eloquente ruidoso e disposto a afetar o ordenamento e questionar seus sistemas.

Lefebvre (2016) acrescenta que as necessidades - por se originarem da produção da vida e serem parte do que é cotidiano - estão sob as intercorrências sociais, ora suprimidas, ora mitigadas, ora hipertrofiadas. Por participarem do ordinário da vida, são necessidades que dizem da especificidade das experiências sociais e, portanto, representam um desejo por satisfação que se compraz em destinos ideais, pontos de chegada oportunos, lugares ideais.

As necessidades sociais se expressam por meio da experiência cuja eloquência é fundamentada pela partilha das situações nas quais os indivíduos estão e como as percebem. Se violadas, insalubres ou postas sob qualquer esquema de opressão ou vilipêndio, essas necessidades tornam-se substância de contravenção. No bojo da mobilização está a impositação de vozes que reivindicam a partilha de alternativas que supram essas demandas de modo equitativo e justo.

Ao questionar as situações das quais a problemática das necessidades se origina, os sujeitos não o fazem apenas por gritos cujos conclames pleiteiam chegar audíveis aos ouvidos



de quem deve prover ou do "adversário" do poder. Quando o sujeito é erigido e se mobiliza, seu agir é formado por uma meta-narrativa idealizadora. O objeto catalisador da reivindicação, antes de seu efeito material, reclama um lugar ideal da satisfação e da plenitude de todas as tensões.

O levante do sujeito não se tonifica somente em seu exercício prático que irrompe visivelmente as vias, desestabiliza fluxos e reclama a atenção do poder hegemônico. Antes da corporificação da ação, os anelos que se mobilizam compõem o anseio por um espaço ideal, onde as necessidades se satisfazem, onde a consciência pode reclinar a experiência e se estabelecer plena. A emergência dos sujeitos e suas mobilizações implicam, antes de tudo, em projetos idealizados.

Desse modo:

Esse processo onde a necessidade se torna projeto - pessoal, comunitário ou nacional - é vívido e como tal, busca condições de execução e realização. O anelo por satisfação da necessidade e operacionalização do projeto gera atrito com a experiência cotidiana atroz e este atrito torna-se reativo. Atrição e reação que põem a natureza intersubjetiva de projetos de vida em movimento, um movimento que privado de direitos e condições, se inflama e irrompe em querela. Essa querela não se produz apenas na insurgência incontrolada ou violenta, como o imaginário costuma desenhar, mas é um anseio sociopolítico de ensejo do presente pelo futuro, consideradas experiências e expectativas frustradas (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998). O produto residual desse processo são os anelos por espaços de plenitudes e lugares ideais onde a tensão pela meta repousa. Esse resíduo é aspiração que se torna agir, um agir que deriva do lugar de origem e para ele se volta (SANTOS; PEREIRA, 2019, p. 467)

A criação desses espaços de plenitude e desenvolvimento passa pela idealização que é a corporificação caudalosa das necessidades humanas que, sendo complexas, encerram platinitudes mais profundas do ser, do pertencer e do agir. Essas necessidades feitas projeto possuem pujança na experiência pessoal, mas se amplificam na medida em que são percebidas como um comum.

Para Santos (2014a), o cotidiano é formado, além de suas perspectivas técnicas (o povoamento de objetos e a produção técnica da vida) e de ordenamento (tratativas regulamentares e jurídicas), de matrizes simbólicas, isto é, representações e afetos que interpolados constituem operações que se dirigem sobre a visão, a experiência e a transformação da realidade.

[...] a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir (técnico, jurídico e simbólico) são inseparáveis, ainda que, em



cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma (SANTOS, 2014a, p. 34).

As necessidades que se intensificam quando o sujeito se levanta sinalizam pulsões utópicas por transformação dos contextos tendo por encaixe a idealização de espaços ideais. Levantar-se de modo insurgente significa previamente levantar sob o feixe da ação um sonho. Sonhos que constroem, pelas operações cognitivas e pela representação simbólica, um destino imaginado cuja factualidade será perseguida pela mobilização, mas antes, é perscrutada como desejo íntimo dos indivíduos que querem ser e dos sujeitos que querem atuar. Ambos, pois, querem viver.

O sonho e a projeção de um lugar ideal é um espaço de realização das necessidades ameaçadas a partir da situação social. Esse espaço, que retifica as necessidades, abriga os afetos e torna-se índice de mobilização, constitui a substância que anima os movimentos da ação. O agir não é puramente mecânico ou meramente estratégico, é simbólico e operado na quotidianidade, fazendo supor seu caráter utópico.

A utopia é uma energia social e imaginada que se territorializa no plano do imaginário e das representações, mas não se estabelece desconectada da realidade factual e pujante em que os utopistas habitam. O indivíduo, por si só, é um utopista na produção da vida. E quando se assume sujeito, essa utopia torna-se um pleito que encontra satisfação na busca mobilizada por sua implantação por uma visão de continuidade de esforços, sem imediatismos práticos que cristalizam em ação em formalismos burocráticos.

Sobre a qualidade da utopia para a leitura social, espacial ou mesmo política, questiona-se retoricamente aqui como Lefebvre (2016, p. 119), “atualmente, quem não é utópico?”. As necessidades envasadas no pleito do sujeito em mobilização representam um projeto crítico, social, cultural, político e espacial; possuindo uma construção utópica na medida em que representa um ensejo social, uma aspiração comunitária, um fragor visionário de sociedade (originalmente no campo polissêmico do espaço) e que clama por direção.

Sargisson (2012, p. 8, tradução nossa) destaca que utopias:

[...] sempre expressam descontentamento com o agora e sempre sinalizam para direções alternativas. E como tais, sempre se engajam em debates contemporâneos. Ao questionarem “o que há de errado com o mundo?”, as utopias desempenham uma função diagnóstica. [...] Utopias são radicais em conteúdo e intenção. Elas desafiam as raízes dos sistemas socioeconômicos e políticos contemporâneos. E sua intenção é mudar o mundo.



O conteúdo utópico procede como um ideário em projeto, uma pulsão ou um discurso constituído a partir das necessidades humanas no tempo e no espaço. E por tratar de espacialidade e temporalidades expostas às suas dinâmicas, a utopia interpela o real por meio de realidades imaginadas, sonhadas, produzidas em solo discursivo e conseqüentemente politizado. Utopias são, portanto, documentos (registram tempo e espaço), dispositivos (narrativa sociopolítica) e instrumentos (subversão, questionamento ou debate).

Para fortalecer este prospecto:

Somente um entendimento de utopia que destrua antigas percepções e as transforma em algo novo [...] pode refletir adequadamente as preocupações, necessidades e desejos de descontentamentos com a contemporaneidade. Desse modo, a utopia crítica não apenas esquematiza, mas privilegia a mudança social em curso. E assim o faz abraçando imperfeições e incertezas. Utopias refletem e contribuem para debates de seus tempos. [...] Todas as utopias sempre se engajaram em questões contemporâneas. [...] Elas oferecem uma janela para o pensamento político vigente e podem ser usadas como textos hermenêuticos ou interpretativos (sociais ou escritos) (SARGISSON, 2012, p. 11, tradução nossa).

Em Sargisson (2012), entende-se que o pensamento utópico delinea imagens alternativas do presente pelo esquadramento de problemas centrais, alinhando imagens ideais e ameaças a esses mesmos ideais, em um processo de transdução narrativa e, que no contexto aqui discutido, pode se tornar política pelo caráter discursivo que a acompanha.

O espaço de mobilização: arena e indumentária da ação

A ocupação das ruas - que é uma ocupação da forma, da função, da estrutura e dos processos desses espaços - é uma ocupação da ideia de país ou desse lugar ideal das necessidades sociais. A cólera insurgente que alimenta a mobilização é atrito, mas é ensejo de esperança. E a esperança repousa na ideia da luta, do resultado, do projeto, portanto uma articulação simbólica utópica. Afinal, “a perda de esperança e de utopia significa perda de humanidade” (SARGISSON, 2012, p. 14, tradução nossa).

Em jogo, projetos pessoais, vivências localizadas, lutas cotidianas e experiências diárias que ganham corpo no sentido solidário e coletivo desses projetos. Esses projetos ganham sentido de sustentação e objetividade dentro de um projeto de país (ou projetos). Quando os ideais nos quais se caminha se esfacelam, o caminho de reimaginá-los ativamente torna-se o programa da insurgência.

Nesse contexto, o espaço é o depositário da ação e da trajetória subjetiva dos indivíduos que se torna ação transformadora no contexto da mobilização. Os anéis do sujeito



tornados anelos de reivindicação anseiam espaços de plenitude - pela reificação e representação das necessidades -, mas sua leitura não é restrita ao imaginário. É no espaço factual, no espaço que ao sujeito é eixo de existência e movimento, no espaço que é sinal visível dos efeitos de seus ideais é que a ação tem seu clímax.

O espaço aqui é entendido como arena e indumentária da ação². Na medida em que é ponto de início, flexão, reprodução e resultado da ação, o espaço é depositário do significado último da mobilização, da participação ou da cidadimidade: a realização humana em sua polissemia disputada. Simultaneamente, o espaço demonstra-se substrato, campanha, arena e parcela constitutiva da ação. Quando se levanta, o sujeito usa do espaço, mas tal uso é vestimenta que o encouraa, o transforma e é transformado por ele.

Para desenvolver esta dimensão, convém retomar a formulação clássica de Milton Santos (2014a, p. 39) em que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Objetos e ações se imiscuem formando unidades produtivas e produzidas

As chaves de compreensão do espaço são uma oportunidade de aproximação da natureza do agir mobilizado. Os objetos que povoam o cotidiano têm envergadura técnica e instrumental e, em interação com as ações no tempo, produzem as camadas da realidade dada no espaço. Contudo, os objetos são pórticos significantes com os quais a ordem é construída, representada e percebida. Portanto, para erigir a realidade, os objetos constroem circuitos de significação.

As ações remetem a animação dos objetos, criando funções e deslizando sobre a produtividade da vida no espaço. É preciso observar que as ações, embora façam parte do ordinário da vida, representam eventos, isto é, marcos de dotação humana com efeitos funcionais. Em um ato - que designa uma ação - estão contidos processos de intencionalidades que evidenciam situações sociais e compõem projetos individuais e comunitários.

A bem disto:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço,

²A caracterização do espaço como arena implica dizer que é um esteio para que as ações se desencadeiem e qualifiquem as experiências socioespaciais. Ao mesmo tempo, destaca-se que o espaço é também indumentária, isto é, participante dessas ações e experiências. Arena faz supor lugar de embates, disputas e produção altamente ativa. Enquanto produzido, o espaço produz. Na medida em que produz, é produzido. Desse modo, afasta-se a concepção de espaço como mero substrato.



intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. [...] O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 2014a, p. 10 e 71).

Encontra-se na definição miltoniana o entranhamento cujo corte permite observar a formação dos sujeitos, seu agir e mobilizar. A constituição do ordenamento espacial feito de objetos e ações manifesta a realidade técnica e instrumental na qual a vida se enrola e se produz, mas seu caráter relacional faz com que as intenções questionem sua própria ordem.

No gestual das ações estão as faculdades humanas - também relacionais - de proposição. Nesse sentido, com os objetos, os sujeitos podem desencadear ações que componham projetos e podem rogar por lugares ideais. Os objetos que, como se percebe, não delineiam apenas uma imagem do espaço ou são componentes operacionais, estão atrelados a um circuito simbólico.

Nesses circuitos, a vivência no/do espaço e - para além da racionalização do sujeito no ordinário de vida - sua produção é percebida, refletida, reificada, planejada e ressignificada. Escapa-se então à ideia de um espaço substrato mecanicista e apático para pensar um espaço vivificado e vivificante, no qual a ação não se torna árida na análise da produção capitalista, mas se fecunda na medida em que o sujeito, este personagem ator, verte profundezas significantes nele.

O espaço, neste prospecto, amplia sua noção de substrato planejado e gerido no qual os objetos ganham funções por meio das ações e deitam fluxos a produzir a vida e o próprio espaço. Mas como *locus* do sujeito e das necessidades, torna-se depositário do agir e do mobilizar. Sua própria natureza é o germe de sua transformação. O espaço não existe como unidade estanque e perene, mas sua epistemologia aponta para uma constituição que é movimento.

Há que se observar os adjetivos que qualificam a inter-relação entre os sistemas de objetos e ações: indissociável, solidário e contraditório. A indissociabilidade diz do processo produtivo interativo, onde objetos orientam ações, e ações se realizam pelos objetos novos ou existentes (SANTOS, 2014a). Esse pressuposto é a condição para que o espaço se module e se transforme. É nessa interação entre o gestual da ação e viço dos objetos que os sujeitos escoam seu agir mobilizado.

A solidariedade entre ações e objetos está no ajuizamento das relações de transformação e interferência mútuas incessantes. O caráter solidário de algo ou alguém se dá na qualidade de



interesses e responsabilidades recíprocos. Nota-se que a natureza do espaço - na qual os sujeitos vertem sua existência em ações, nele navegam e se movem - é possibilitada por intencionalidades objetivas e subjetivas.

A intencionalidade implica em uma elaboração do que vem após a transformação. Antes de ser efeito e antes de proporcionar gozo (ou desgosto) por seu resultado, a transformação é um pleito. Tal pleito implica em um comprometimento com uma situação atual, isto é a responsabilidade pela realidade que se torna digna de luta, para com uma situação ideal. O espaço é uma frente na qual a realidade alterna entre projeções realizadas e imaginadas.

O caráter contraditório do espaço se estabelece nas forças que nele operam. A variabilidade de objetos somada à animação que lhes é fornecida pela multiplicidade das ações, transcorre por meio de funções e estruturas, sujeitas a ordenamentos técnicos, jurídicos e simbólicos (SANTOS, 2014a). Isto quer dizer que o espaço é um esteio de contrários, contrariedades e contradições, já que o que o dá formação (visível ou invisivelmente) não é inerte ou impolítico.

Ao tratar do espaço das cidades na perspectiva da insurgência, Maricato (2013, p. 20) aclara a noção das contradições no seio do espaço:

[...] a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. A cidade constitui um grande patrimônio construído historicamente e socialmente [...].

Esse enquadramento de conflitos do espaço, onde objetos e ações operacionalizam sua produção enquanto constituem sua natureza, introduz a noção de arena e campanha. Como o espaço é vivificante em sua materialidade, imaterialidade, fixos e fluxos, sua própria paisagem e ritmo são mobilização. Quando um sujeito se ergue e quando movimentos ascendem não o fazem sem o imbricamento do tecido e do conjunto espacial.

As ruas, vias, trechos, monumentos, paisagens, áreas de governança e toda a sorte de zoneamentos do espaço urbano e amarrações intra e extraterritoriais são qualificadas a partir das possibilidades de práticas exercidas no espaço. Entendendo-o como uma organização espacial, configura-se seu caráter de arena, onde os fluxos tornam-se embates sistêmicos e



sistemáticos a construir sua própria essência e ordenamento em um *continuum* produtivo-funcional.

As porções espaciais e sua qualidade permitida por seu caráter relacional e humano, isto é, as espacialidades, ancoram e dão vazão à progressão das relações humanas - tonificadas por temporalidades e intersecções culturais, econômicas e políticas no tempo. O espaço então deflagra caminhos, rotas, direções e agremia variáveis que servem de terreno para que os sujeitos plasmem sua existência e sustentem seus devires.

O arranjo do espaço disposto em uma ordem jurídica e que caracterizaria uma estrutura organizacional (nomoespaço), possui também uma perspectiva comunitária (genoespaço), o que implica no duplo contexto público-privado (GOMES, 2010), promovendo constelações intersubjetivas e permitindo que na interseção dos sistemas de objetos e ações dispositivos de diálogo, movimentação e expressão ocorram (SANTOS, 2020).

Recupera-se aqui o espaço urbano como arena. Sua perspectiva pública e jurídica o politiza para uma noção de *polis* ou uma comunidade, cenário da convergência de forças e ópticas, por uma coletividade que se formaliza. Ao mesmo tempo, essa noção pública em um comum formado de muitos cuja diversidade é ampla, permite enxergar que o privado adiciona coloração à noção da arena, por vezes excludente ao se pensar atores com mais voz e envergadura.

O espaço é, então, um vórtice de práticas que recombina e reelabora sistematicamente vivências e expressões, gerando amálgamas de consciência e práticas relacionais e espaciais. O espaço como arena é, sobretudo, um vórtice de cidadinidade. Teias de poder (pelas ações) se estabelecem sobre ele, mas sua própria conjuntura vivificante o torna um meio para práticas que questionam sua própria ordem, estranhem, disputam e até subvertem.

Pensar a produção do espaço a partir de uma noção sociopolítica conduz à tentação de lhe adicionar um caráter oficioso, formalista e burocrático. Ao passo que a quotidianidade - que transborda da inter-relação entre objetos e ações - revela que os fragmentos, peças, porções e micronarrativas dos sujeitos que o habitam, fazem o espaço exercer uma força estruturante dos sujeitos no/do espaço.

Agier (2011, p. 2507) elabora:

Falamos da cidade vivida em acontecimentos em vez da cidade definida em formas materiais, instituições perenes. Sem estar a negar a força estruturante dessas últimas, aceitemos a ideia simples de que a matéria viva da cidade é formada por cidadãos que aí habitam e trabalham, passeiam, gostam de certos cantos, praças cruzamentos,



"certas luzes, algumas pontes, terraços de cafés". Procuramos tornar visível - tanto quanto o universo mineral e literalmente petrificado das cidades (os edifícios, monumentos, vias para automóveis etc.) - uma realidade mais poderosa porque transformadora: as formas de palavra, das quais o espaço das cidades é, às vezes, o quadro. Insistamos ainda neste pressuposto: os termos convocados para esta reflexão são fluidos: ruas, passagens, mata, terrenos vagos; a memória, as imagens, as ficções e desejos. Uma cidade nem virtual nem irreal, antes imaterial, no sentido em que existe a mais e no seio da sua organização visível, que lhe dá uma parte importante do seu sentido diário.

A dinâmica de fluxos que irriga o espaço é um reflexo do sistema cosmológico da vida humana, isto é, plasmado pelas tessituras relacionais dos próprios sujeitos, expulsando as epistemologias acinzentadas, amuralhadas e frias da qualidade do que é espacial. Nesse sentido, o espaço é uma parcela da própria ação originária dos sujeitos. Na perspectiva de arena, é o espaço mesmo confissão de sua essência de abarcar a realidade e catalisar os efeitos do agir e do tempo.

Com Agier (2011), na medida em que ele versa sobre a complexidade da cidade, entende-se que o espaço - reduto da ação mobilizada - existe a mais, isto é, arranja-se para além dos quadros teóricos que o tentam apreender. Isto é, seu sentido construído ou reivindicado diária e cotidianamente pela fluidez do trivial, do ordinário e das imagens do corriqueiro, se potencializa nas práticas e no fragor humano emanado.

O espaço da mobilização se descortina. Os objetos, e neles os fixos e suas formas, são postos de encontro da memória, da sociabilidade e das práticas que devolvem aos sujeitos lastros humanos investidos quando da produção da realidade espacial. As ações podem então, a partir dos fluxos, funções, processos e estruturas, tratar a realidade como obra e desbravando-a, (re)criar possibilidades para que o influxo daquilo que se nomeia real habite.

Por isso práticas como ir, vir, estar, permanecer, ocupar, pertencer e apropriar tornam-se lascivas quando praticadas pelo sujeito em mobilização, já que incomodam o quadro pintado pretensiosamente de estabilidade pelo poder (político, mercadológico e simbólico). Como depositário da ação humana, o próprio espaço que se mostra contraditório, é provedor de acústica e ambiência para práticas e performances.

O espaço não é alheio ao sujeito e não o ensimesma em uma proto-narrativa em que este é senhor da realidade e cujos atos devam ser abonados. Com o sujeito, o espaço é construído e constrói. Ao dissecar a epiderme conceitual da produção espacial, observam-se as organelas que interagem de modo consanguíneo por meio dessa iconografia de objetos, contradições, processos e variedades de vida.



Por ser marcado pelas trajetórias de objetos (que permanecem e se alteram) e de ações, e por apresentar um tráfego de fluxos e acontecimentos, o espaço possui um caráter revelador, como na alcunha de Milton Santos (SANTOS, 2014b). Ele revela suas próprias mazelas enquanto se produz pomposo e contraditório. No espaço está a fermentação para formação de uma consciência de mudança.

Na corporeidade espacial das ruas, calçadas, praças, vias, objetos e outros fixos, a corporeidade da existência dos indivíduos é deflagrada, de modo que a relação entre os sujeitos e o espaço é de extensão vital e camada existencial (SANTOS, 2020). Quando o sujeito reivindica, o próprio espaço lhe é testemunha e endossa passionalmente por meio de suas formas e processos a qualidade do objeto reivindicado.

O uso do espaço para mobilizar-se é antigo e sempre novo. Quando o espaço público é tomado pela mobilização insurgente ou práticas cidadinas de qualquer natureza tem-se não apenas a dimensão factual dessa manifestação, mas revela-se um observatório privilegiado dos elementos que orbitam no ordenamento de que se vive, move e disputa.

Se no espaço estão contidos os elementos e o fermento para que a ação e a mobilização se realizem, há que se observar que dois aspectos são estruturalmente essenciais nessa conjuntura: localização e mobilidade (CERTEAU, 2014; SANTOS, 2014b). Localização diz dos pontos de origem e vivência dos indivíduos, naturalmente testemunhais da experiência e das forças que a arrocham ou anulam. E mobilidade diz da capacidade que os indivíduos têm de sair de suas localizações, seja para performances convergentes à ordem ou para desafiá-la.

A localização dos indivíduos tem duas facetas: a situacional e a histórico-narrativa. Partindo do contexto situacional, os indivíduos se localizam no espaço - aqui o entendendo em seu ordenamento territorial, como uma cidade, bairro ou região - por meio de forças coercitivas operadas pelo mercado ou pelo governo. A localização, em vias menos privilegiadas, frequentemente é contra a vontade dos indivíduos, evidenciando acirramentos socioeconômicos.

Já a mobilidade diz das possibilidades que os indivíduos têm de modular essa localização, transformando-a, sobrepondo-a às camadas culturais que a tornem mais significativa. A mobilidade implica em mover-se a partir de sua localização. Os movimentos podem ser econômicos (trabalho e suas relações), sociais (afetos e redes), culturais (práticas e suas relações) e políticas (disputas e insurgências). Mover-se implica em constituir locais. Nesse trânsito, a vida é produzida.



Localização e mobilidade implicam em separações conceituais entre espaço e lugar³. Afinal, a circunstância de partir de uma localização e dela/nela mover-se implica constituir lugares como polos de acontecimentos, momentos e oportunidades de ação - cotidiana, não apenas insurgente. Esses conceitos são complementares e coexistentes.

Certeau (2014, p. 184, grifo do autor) aclara essa dimensão:

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Aí impera a lei do "próprio": os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar "próprio" e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. [...] Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação [...].

Essa perspectiva permite entender que a mobilização é um acontecer no espaço por meio de instantes oportunos, momentos pertinentes, localizados no instante da ação. Os indivíduos localizados e movendo-se por suas localizações transformam o fluxo de acontecimentos espaciais em momentos decisivos ou oportunidades da experiência onde cognição, afetos e a realidade que compungem, originam práticas qualificadas na(s) espacialidade(s).

Decorre desse quadro a gênese da mobilização. A partir de um ser-estar localizado, movem-se esforços - humanamente qualificados em sua conjuntura social, política, cultural, geográfica e histórica - para que o trânsito tácito dos acontecimentos tornem-se um instante próprio, um lugar para o acontecer, em que o cotidiano é transmutado em momento decisivo para destravar práticas e viver por sobre táticas e estratégicas (AGIER, 2010; CERTEAU, 2014).

Mobilizar-se é sobretudo partir de um lugar (localização, história, origem), criar um lugar (um instante oportuno para a ação), tráfegar por lugares (a esteira espacial) e idealizar um lugar (ideal, utópico, possível, onde a meta repousa). Essa espacialidade plasmada pelo

³É importante acrescentar aqui que o conceito de lugar, embora incorporado à teoria do espaço em uma perspectiva geográfica, não é lido aqui sob o pressuposto da Geografia Cultural e Humanista de modo estrito. Opera-se com Augé (2017), Massey (2000) e Certeau (2014) a produção e proliferações de outras qualidades do lugar e a amplitude desses lugares. Nessa dimensão, investiga-se sua natureza transitória, inominada, desarticulada do afeto e outras platitudes do cotidiano sobre esse recorte do espaço.



cotidiano e pelo instante da ação possibilita que uma mobilização irrompa como objeto socioespacial sonoro e politicamente ruidoso, pelo caráter construtivo e criador do lugar.

Como há múltiplos lugares e múltiplos sentidos de lugar (MASSEY, 2000), bem como interpenetração desses lugares e dos não-lugares (AUGÉ, 2017), há possibilidades ilimitadas de mobilização (e porque não paralisia) dos indivíduos. Essa superposição de lugares possibilita pistas com as quais os sujeitos podem se deslocar e deslocar sua mensagem, sua consciência, seu espírito de luta.

CIDADINIDADE E A ESPACIALIDADE DA AÇÃO COMO TRAVESSIAS DO SUJEITO

O espaço e seus lugares, oportunos e de instante, constituem uma constelação de espacialidades para a ação. O olhar sobre o espaço que se estabelece aqui escapa à tradição epistemológica de apreendê-lo por meio de sua conjuntura produtiva, do planejamento urbano ou do ordenamento territorial. Foge-se também da perspectiva de rugosidades que fixam narrativas e possibilidades que, por mais que se declaram mutáveis, aprisionam as ações em seus objetos e vice-versa.

Opera-se aqui com um espaço código, mensagem e retórica. Um espaço que é projeto e se coaduna à própria substância do sujeito. É ao mesmo tempo arena e indumentária da ação. Destarte a ação é pulsão existencial, o espaço no campo das mobilizações comporta-se como reflexo existencial do sujeito (individual e coletivo) que se põe em luta. Desse espectro deriva a eloquência do espaço como depositário da ação e como vertente de insurgência.

Por concentrar práticas e processos, por excelência, o espaço corporifica (de modo material e imaterial) a participação e seu fim último. Concentram-se também suas operações ubíquas, virtuais e rebatimentos entre instâncias *on* e *off-line* (das quais não se faz falsa oposição). Esse espaço-ação é também um espaço-participação, ou espaço-cidadinidade como travessia do sujeito.

Nos anais dos movimentos, mobilizações e organizações coletivas ruidosas, culturais, vigentes ou cessadas, o espaço esteve sempre presente testemunhando, se imiscuindo e se metabolizando em ação. Se o espaço discursa sobre a ação humana para além de suas profundas rugosidades, os movimentos como organizações, cujo ruído é rico, também são testemunhas da ação e sua atualidade.

REFERÊNCIAS



AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2017.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, C. R. **Memória Sertão**. Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, P. R. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 176-184.

SANTOS, G. S. Uma jornada socioespacial: o retorno sempre novo às ruas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 46-65, jul./dez. 2020.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Utopismo, insurgência e espaço urbano: o direito à cidade lefebvriano e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 461-479, maio/ago. 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SARGISSON, L. **Fool's gold**: utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.



HISTÓRICO

Submetido: 01 de janeiro de 2022.

Aprovado: 23 de fevereiro de 2022.

Publicado: 15 de março de 2022.

DADOS DO AUTOR

Gustavo Souza Santos

Doutor em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor das faculdades de Comunicação Social e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Av. Herlindo Silveira, 52, Ibituruna, bloco E, apto. 301, Montes Claros/MG, Brasil, CEP: 39408-078.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3410976683726091>

E-mail: gustavo.cepv@gmail.com

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

SANTOS, G. S.. Espaços de insurgência, espaços de cidadinidade: a mobilização social e sua espacialidade. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 11, n. 20, e202203, 2022.